

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009467-49.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Multas e demais Sanções**
 Impetrante: **Valdir Alves Rodrigues da Costa**
 Impetrado: **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **VALDIR ALVES RODRIGUES DA COSTA** contra ato da **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, sob o fundamento de que teve o seu pedido de mudança de categoria de habilitação indeferido pela autoridade coatora (fls. 14), em decorrência da aplicação de penalidade de multa tirada através do auto de infração nº 3-B-976.163-2, cujo processo administrativo encontra-se em fase de recurso junto à JARI (fls. 15). Sustenta que, em consequência dos fatos, teve o seu pré-cadastro bloqueado pelo sistema PRODESP para fins de capacitação de mudança de categoria de habilitação junto ao Centro de Formação de Condutores. Pede a antecipação dos efeitos da tutela para fins de suspensão temporária da pontuação aplicada em seu prontuário. Com a inicial vieram os documentos de fls. 8/21.

Liminar concedida às fls. 20/21.

O ente público interessado, departamento Estadual de Trânsito- DETRAN, requereu a sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 30).

A autoridade coatora prestou informações a fls. 31, alegando que, por ocasião da infração, o impetrante foi devidamente abordado e identificado e para fins de adição de categoria em sua CNH, teve o seu pedido indeferido pela autoridade de trânsito, com fundamento no § 3º, do art. 145 do CTB. Finaliza dizendo que deu cumprimento à liminar.

O DETRAN teve o seu ingresso na lide, como assistente litisconsorcial, deferido através da decisão de fls. 32.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 38, declinando de sua atuação no feito, motivada pela falta de interesse público que o justificasse.

É O RELATÓRIO.**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Sustenta o impetrante que a ilegalidade consiste no bloqueio do seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído contra a aplicação da penalidade, conforme comprovam os documentos juntados aos autos.

De fato, há prova de recurso protocolado junto à JARI (fl. 15). Contudo, não há informação do trânsito em julgado das instâncias administrativas, porque da decisão da JARI ainda cabe recurso para o CETRAN, conforme prevê o artigo 14, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro:

“Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE: V- julgar os recursos interpostos contra decisões: a) das JARI”.

No mais, tem-se que o artigo 265 do CTB estabelece:

“As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa”.

Certo é que o princípio da legalidade nada mais significa senão a completa submissão da Administração ao teor das leis. Logo, resulta claro que, enquanto não concluído o processo administrativo, não há ensejo para a medida tomada.

De lembrar, ainda, o teor do artigo 24 da Resolução 182 do CONTRAN que diz:

“No curso do processo administrativo de que trata esta Resolução não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de mudança de categoria da CNH, renovação e transferência para outra unidade da Federação, até a notificação para a entrega da CNH de que trata o art. 19”.

De observar-se, ainda, o que estabelece o artigo 6º da Resolução:

“**Esgotados todos os meios de defesa** da infração na esfera administrativa, os pontos serão considerados para fins de instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir”.

Já o parágrafo segundo estabelece que:

“Se a infração cometida for objeto de recurso em tramitação na esfera administrativa ou de apreciação judicial, os pontos correspondentes ficarão **suspensos até o julgamento** e, sendo mantida a penalidade, os mesmos serão computados, observado o período de doze meses, considerada a data da infração”.

Nota-se no presente caso que o impetrante interpôs recurso administrativo no prazo admitido em lei, de forma que não é possível aplicação de qualquer penalidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

antes de concluídas as etapas do devido processo legal.

Nessa linha de raciocínio, confira-se o julgado:

Processo Administrativo Renovação de CNH - Pendência de julgamento de recurso administrativo Suspensão do direito de dirigir - Inadmissibilidade - Respeito ao contraditório e à ampla defesa - Resolução nº 182/05 do CONTRAN. Recurso improvido. (Apelação nº 0006360-53.2010.8.26.0566, rel. ALVES BEVILACQUA, Dj 08.03.2012).

Patente, portanto, a ilegalidade, e evidente o direito líquido e certo do impetrante, pois é direito dele se submeter ao procedimento visando obter a mudança de categoria de sua habilitação, porque as restrições constantes da decisão noticiada, sujeitando-se a recurso, não podem constar do prontuário enquanto não ocorrer o trânsito em julgado administrativo.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para convalidar a liminar, e assim, determinar que não seja aplicada sanção administrativa ao impetrante até o término do procedimento administrativo.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P. R. I. C.

São Carlos, 30 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**